

# *Do urbanismo em Espanha e Portugal*

Jorge GASPAR  
Centro de Estudos Geográficos  
Universidade de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Este breve ensaio tem como objectivo implícito chamar a atenção para o interesse que podem revestir os estudos comparativos, não só no sentido de se atingir um melhor conhecimento da Geografia Urbana de Espanha e Portugal, mas também no de se definirem estratégias de desenvolvimento mais coerentes com a realidade territorial.

Explicitamente, centramo-nos em três conjuntos de temas, que podem constituir sugestões de investigação.

A propósito de «Divergências e paralelismos...», apontamos alguns factos que ressaltam de diferentes abordagens ao fenómeno urbano dos dois países. Segue-se uma nota sobre uma das preocupações maiores da gestão urbana em Portugal e Espanha: o *marketing* urbano e o aumento de competitividade e eficácia, em distintos contextos, do mundial ao local. Por último, sublinham-se consequências, observáveis ou previsíveis, da integração em simultâneo de Portugal e de Espanha no espaço da União Europeia. Os séculos de «costas voltadas» e, em particular, a divergência de caminhos percorridos desde finais do XIX, deixaram marcas muito fortes na organização do território, mormente na vasta faixa fronteiriça; a nova realidade política, económica e social que é a União Europeia desencadeou transformações assinaláveis e

que nalguns casos se estão a configurar num sentido diverso do que se esperaria.

Por outras palavras, pretendemos sublinhar alguns temas que se nos afiguram mais notáveis para o passado, presente e futuro das cidades de Espanha e Portugal. Se é indubitável que existem convergências e divergências no processo genético do urbanismo nos vários segmentos territoriais da Península, que tomaram formas distintas com o mosaico político resultante da Islamização e da Reconquista, será na fachada ocidental atlântica, em Portugal, que as diferenciações se acentuarão.

Os caminhos diversos seguidos pelos dois países, sobretudo a partir das descobertas marítimas, do incremento do comércio ultramarino e dos processos de colonização, levaram à diferenciação e consolidação de duas realidades. Em Espanha, a própria integração de vários reinos, a que correspondiam sistemas urbanos organizados e a promoção de Madrid como peça chave da centralização, conferem uma coerência formal à rede urbana espanhola. Em Portugal, a opção marítima e o controlo de territórios e actividades económicas em três continentes, a partir de uma reduzida plataforma europeia, levam, por um lado, à litoralização do povoamento (assimetria litoral/interior) e, por outro lado, ao papel único e indiscutível de Lisboa como cabeça de um sistema urbano que não se cingia ao rectângulo de 88.944 Km<sup>2</sup> na fachada ocidental da Península Ibérica.

Será só no último quartel do século xx que os dois países vão aproximar os seus destinos, processo que tem uma forte dimensão urbana. Primeiro pela generalização global dos valores e comportamentos da cultura urbana e, de forma mais imediata, pela integração em simultâneo dos dois países na Comunidade Económica Europeia e consequente evolução para a União Europeia.

## DIVERGÊNCIAS E PARALELISMOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

No contexto da Península Ibérica, Portugal apresenta uma certa originalidade relativamente ao restante território, no que concerne ao fenómeno urbano.

As diferenciações, não só qualitativas como quantitativas, podem observar-se no ordenamento dos sistemas urbanos, nas paisagens, nas morfologias, no próprio ambiente urbano e até no âmbito das representações.

A população espanhola apresenta uma maior densidade de concentração urbana, embora os dados estatísticos reforcem artificialmente a diferença, na medida em que os critérios são distintos num e noutro país. Procurando aproximar os dois critérios, a população espanhola continua a manifestar uma taxa de urbanização muito superior à portuguesa: 79% para um valor

que estimamos, no caso português, em torno dos 55% (34% nas estatísticas da ONU!).

Esta diferença, ou atraso no processo de evolução como tem sido reiteradamente afirmado, tem a ver com vários factores, de que destacamos: a industrialização mais tardia e menos concentrada no caso português; as políticas urbanas e económicas consequentes à guerra, tiveram um efeito de maior aceleração do êxodo rural em Espanha do que em Portugal; o facto de uma grande proporção do êxodo rural português dos anos 60 e 70 se ter orientado para o estrangeiro e, em menor grau, para as colónias; redes urbanas com características diferentes, em que ressalta a menor capacidade polarizadora das cidades portuguesas de pequena e média dimensão; um povoamento rural muito denso no Centro e Norte de Portugal, sobretudo na faixa litoral, que propiciou a industrialização difusa que acabaria por induzir uma urbanização igualmente difusa.

No que respeita ao ordenamento dos sistemas urbanos, vários autores têm chamado a atenção para a regularidade da hierarquia e sua distribuição espacial no caso espanhol —respondendo tanto à lei do escalonamento urbano de Zipf, como à geometria da «paisagem» Christaleriana<sup>1</sup>— opondo-se a uma rede urbana desequilibrada, bi-céfala (Porto-Lisboa) ou até macrocéfala (Lisboa), concentrando a maior parte dos centros urbanos nas estreitas faixas litorais entre Setúbal e Braga e, em menor escala, no Algarve (de Lagos a Vila Real de Santo António).

Ora a «regularidade» espanhola é feita do somatório de vários desequilíbrios, correspondendo a sistemas que se agregaram ao longo dos séculos. Assim, se observarmos a Catalunha, o País Valenciano ou Castela, verificamos que as respectivas macrocefalias não são menos acentuadas que a observada em Portugal.

O mais interessante e original neste domínio corresponde, no caso português, a uma vasta faixa urbana-metropolitana, que tende a configurar-se na fachada ocidental, de Setúbal até Braga: cerca de 7 milhões de habitantes, em menos de 20.000 Km<sup>2</sup>, cujo centro de gravidade tem a quase totalidade da população a menos de 90 minutos por transporte rodoviário ou ferroviário. A polarização dominante é feita por Lisboa e pelo Porto, mas, progressivamente, têm vindo a emergir sistemas urbanos locais, fortalecidos pelos fenómenos da industrialização e urbanização difusas.

Também as paisagens urbanas evidenciam, numa apreciação global, diferenças assinaláveis. Desde logo, os fenómenos da periurbanização e da urbanização difusa são muito mais expressivos em Portugal que em qualquer região espanhola, mesmo incluindo a Galiza e algumas áreas levantinas onde se

---

<sup>1</sup> Embora também em Espanha emergam duas áreas metropolitanas, Madrid e Barcelona, existem capitais regionais com uma nítida expressão de Metrôpoles, o que não se passa em Portugal.

observou a «urbanização» da «huerta». Mas, o que mais tem tocado os viajantes e os geógrafos, até a um passado recente, têm sido as elevadas densidades demográficas e de edificações que se observam nas cidades espanholas e que radicam fundamentalmente em distintas formas de cultura urbana, que foram «facilitadas» ou acentuadas pelas diferenças nas legislações urbanísticas dos últimos decénios.

Na paisagem urbana espanhola está mais bem marcado o contraste entre a cidade e o campo, que se faz, em geral, através de um contacto brusco, como se existisse uma muralha invisível separando as duas realidades físicas e sociais exactamente como na cidade muralhada que persistiu até à revolução industrial. Em Portugal, de norte a sul, nas grandes e nas pequenas aglomerações urbanas, existem não só gradientes de transição, penetrando o fenómeno urbano longamente através do campo, como formas diversas deste penetram a cidade até ao seu coração: mesmo em Lisboa é possível encontrar hortejos próximo do centro e, frequentemente, o solo urbanizado expectante continua a ser agricultado, podendo contribuir para diminuir o défice de espaços verdes de que sofre a cidade.

Outra faceta diferenciada da paisagem visual das cidades espanholas e portuguesas reside na maior monumentalidade das primeiras, que se opõe ao pitoresco recato das segundas. Tal distinção ressalta, muitas vezes, tanto nas vistas de conjunto, obtidas a partir de miradouros, como aparece, surpreendentemente, em deambulações por ruas e ruelas de qualquer cidade, do Minho ao Algarve.

Mas as diferenças na paisagem não são só visuais, são também patentes na observação olfactiva e até auditiva. Os cheiros e os sons da cidade portuguesa estão mais longe do Mediterrâneo e, sobretudo, da Meseta; são mais característicos do Oceano, quase omnipresente: no vento, no peixe, nos sinais dos contactos de civilização que permitiu.

O tratamento de conjunto, a regularidade de traçados e morfologias, o geometrismo, a praça como elemento de referência e estruturante, constituem aspectos bem marcados na cidade espanhola e, embora sempre presentes ou com equivalente tradução na organização interna da cidade, são menos acentuados na cidade portuguesa.

A linha interpretativa mais óbvia e pertinente, remete-nos para três ou quatro momentos, decisivos na história urbanística da Europa e da Península Ibérica: o renascimento urbano da Idade Média, que introduz traçados geométricos nas novas urbanidades, reforçando as tradições clássicas; os séculos XVI-XVIII aprofundando e difundindo as morfologias renascentistas e barrocas e as expansões da segunda metade do século XIX, correlativas da industrialização, da inovação dos transportes mecânicos e da «revolução» sanitária. Em qualquer destes três marcos históricos, mas sobretudo no segundo e no terceiro, a urbanística espanhola é muito mais actuante, respondendo positivamente às pressões do crescimento urbano.

Um exemplo «clássico» da oposição morfológica entre as duas cidades que vários autores têm referido (Ricard, 1952; Ribeiro, 1994) é a oposição entre *Plaza Mayor* e *Rossio*, equivalentes funcionalmente, mas com géneses e morfologias distintas. Enquanto a *Plaza Mayor* é uma «peça única», com um desenho intencional, geométrico e de volumes equilibrados, quando não repetitiva nas suas tipologias, o *Rossio*, que se desenvolve como espaço urbano a partir de um terreno comunal na periferia/interface da cidade com o campo, vai-se integrando na cidade de uma forma orgânica, acabando por vir a ocupar uma posição tão central como a *Plaza Mayor*. E, no entanto, têm funções económicas, sociais e simbólicas equivalentes. O *rossio* raramente tem um tratamento posterior no sentido de o «urbanizar» através do desenho, como acontece em Lisboa, no contexto da reconstrução barroca consequente ao terramoto de 1755. Por outro lado, algumas *plazas mayores* terão tido uma génese idêntica à dos *rossios* e o seu desenho nunca foi totalmente «regularizado», tal não constitui, todavia, a regra.

Se considerarmos a vivência da cidade num sentido alargado, a que chamámos «ambiente urbano», também aqui são visíveis as diferenças. Desde logo, a cidade espanhola vive muito mais a rua e vive-se mais fora de casa — nos jardins, nos bares, nos passeios; a cidade espanhola acentua bem a importância do centro, que é sucessivamente revitalizado. Em contraste, a cidade portuguesa é mais «introvertida»<sup>2</sup>, sobreleva a casa como «refúgio» da família, desempenhando um papel mais marcado do que a rua e ao centro principal «opõem-se» centros locais, dispersos por bairros; mesmo a periferia periurbana ou semi-rural desempenha um papel importante nas práticas de sociabilidade.

A maior densidade humana e edificada, a concentração de actividades de tempos livres na área central, têm um efeito de «ressonância» na cidade espanhola, acentuando o seu carácter fortemente urbano: muitas vezes, quando comparamos cidades dos dois países, as espanholas parecem maiores do que de facto são, quer em termos demográficos quer em termos funcionais. Isto explica-se, em grande medida, pela força urbana do centro e pela maior vivência da rua, que atrai todas as classes sociais, o que se traduz ainda no sempre cumprido ritual do *paseo*, que tanto impressiona o visitante português numa cidade espanhola.

Em Espanha a cidade atrai pela força do edificado e pela densidade da vida que emana; a portuguesa, pela amenidade, quietude e placidez-pelo menos era assim, até à recente explosão automobilística...

---

<sup>2</sup> Não será por acaso que os centros comerciais, nos pisos inferiores dos edifícios e, geralmente, excêntricos, têm maior sucesso e representatividade nas cidades portuguesas: grandes, médias e pequenas.

## O MARKETING URBANO E A RETÓRICA DO RENASCIMENTO DA CIDADE

O ciclo da recomposição do capital obsoleto da era fordista, definiu, claramente, um ciclo urbano, cujo dinamismo ainda prossegue e que teve nas cidades ibéricas uma dimensão e características (físicas, sociais, imagéticas) semelhantes às que se verificaram noutros países da Europa e da América do Norte.

A degradação do *stock* imobiliário, tanto de uso industrial como comercial e residencial, foi patente desde os finais dos anos 60 e teve como reflexo humano mais visível os chamados movimentos sociais urbanos, amplamente estudados (Lowe, 1986; Castells, 1983).

Seguiu-se aquilo a que os americanos nomearam a *Renaissance* (o renascimento) dos centros urbanos, que nos EUA assumiu a feição de grandes empreendimentos imobiliários de renovação de áreas centrais, frequentemente com uma componente ribeirinha/portuária. Com esta atitude entrecruza-se o fenómeno da reabilitação urbana e um progressivo sentimento de valorização do património urbanístico e arquitectónico. No entanto, será fora da América, de Sidney a Lisboa, de Barcelona a Estocolmo, que a vertente reabilitação tem uma feição dominante.

Nas cidades portuguesas e espanholas observam-se casos muito interessantes de reabilitação urbana, com reflexos na economia, na sociedade e na cultura, por exemplo, através da criação ou reforço da identidade local, pela valorização do bairro ou da cidade. Por outro lado, em áreas industriais obsoletas, incluindo algumas faixas portuárias, verificou-se ou está a verificar-se o lançamento de operações de renovação, com total mudança do uso do solo. Num e noutro país, são Barcelona e Lisboa que apresentam os casos mais emblemáticos, embora em Espanha os exemplos sejam mais abundantes e extensos, como o demonstram Madrid, Valência, Sevilha e Bilbao, para citar apenas algumas das principais cidades.

Não obstante os esforços de vários municípios em manter o mais possível as estruturas sociais nas áreas objecto de intervenções de recuperação, o facto é que tal atitude se mostrou muitas vezes utópica, na medida em que o principal factor de alteração funcional dificultava a permanência dos habitantes; referimo-nos ao emprego, nomeadamente, o emprego industrial e artesanal, e até do pequeno comércio, que foi, entretanto, eliminado dessas áreas.

Muitas vezes, a manutenção dos residentes significa a permanência dos mais velhos, com predomínio de viúvas, que evidenciam não só a transitoriedade da ocupação, como uma fragilidade económica que acelera o caminho à mudança do conteúdo social dessas áreas.

Assim, nos sítios mais aprazíveis, com boas localizações, acessibilidade razoável e bom dimensionamento das construções ou dos lotes, dá-se fre-

quentemente um processo de *gentrificação* (aburguesamento), podendo contemplar um segmento de familiares dos anteriores utentes, que tenham conseguido uma ascensão social.

Em contrapartida, muitos dos residentes idosos, sobretudo nas áreas menos qualificadas, têm de recorrer ao aluguer de quartos e partes da casa, o que pode trazer drásticas transformações na frequência e no ambiente dessas áreas. Este processo muitas vezes evolui rapidamente no sentido da *ghetificação*, que pode revestir uma forte, ou até dominante, componente étnica. A insegurança, o tráfico e o consumo da droga, inscrevem-se amiúde nestas situações.

Um tal «renascimento» da(s) cidade(s) é acompanhado por acções de *marketing* urbano, que podem mesmo assumir a feição de prioridade enquanto investimento. Nestas acções, os responsáveis pela gestão urbana procuram envolver o mais possível os meios de comunicação social e alguns agentes económicos privilegiados, quer em termos de capacidade económica quer enquanto portadores de uma imagem que constitui elemento valorativo da cidade.

No *marketing* urbano acabam por se encaixar várias peças, que vão desde os estudos e planos —enquanto suporte de mensagens activas— às iniciativas mediáticas e mobilizadoras: feiras, exposições internacionais, manifestações desportivas, parques temáticos. À respectiva escala, cada cidade procura sublinhar o seu nome no mapa do campeonato a que aspira: regional, nacional, europeu, mundial.

Deste esforço de *marketing* pretende-se o acréscimo de competitividade, o que justifica opções de investimentos que noutros contextos não teriam apoio social e político. Observa-se um significativo desvio de verbas da esfera social para a económica ou, noutros termos, as políticas de promoção da imagem das cidades privilegiam a eficiência do desempenho económico (não assegurado...) em detrimento da equidade.

É assim que se pode observar, em muitos casos, o incremento da polarização social, com o acréscimo do desemprego, a que se associam progressivamente a(s) insegurança(s), a segregação social do espaço e outras disfunções que contribuem para reforçar a anomia (ou a sua representação) que parece instalar-se nas nossas cidades.

Este processo de transformação revela uma indiscutível identidade dos sistemas urbanos dos dois países, que tendem, assim, a aproximar-se por efeito de alterações globais nos valores e nos padrões de comportamento. As diferenças detectáveis com mais facilidade, resultam, por um lado, das heranças físicas e culturais e, por outro lado, dos estádios diferenciados do desenvolvimento económico e social em cada um dos países.

Assim, o que distingue o urbanismo português do espanhol é cada vez menos a resultante de um processo distinto de inserção, no tempo e no espaço, da contemporaneidade, mas sobretudo os traços de uma herança que se

traduz fundamentalmente *nalguns* aspectos sensíveis da paisagem, a que já nos referimos.

#### O FIM DAS FRONTEIRAS: A UNIFORMIZAÇÃO EM PERSPECTIVA

Com o Tratado da União Europeia, terminou *de jure e de facto* o secular esquecimento mútuo, o estar de costas um para o outro, dos dois países peninsulares. Este acontecimento poderá vir a ter consequências muito mais profundas e num espaço de tempo muito mais curto do que, antecipadamente, se conjecturou. Por outro lado, algumas consequências vão no sentido contrário do que foi prospectivado.

Este último aspecto prende-se com a questão mais imediatamente geográfica: as consequências para os territórios fronteiriços. O fim das barreiras económicas, sociais e políticas entre os dois países foi visto como constituindo um factor de animação da famosa *raia do subdesenvolvimento* (Pintado, A., e Barrenechea, E., 1972), na medida em que permitiria maior interacção entre os lugares dos dois lados da fronteira. Ora, o que se verificou foi, localmente, o acentuar do vaziamento da raia que, de um e outro lado, recuava para as principais cidades mais próximas, o que, de uma maneira geral, beneficiava algumas cidades espanholas, de maior dimensão e com maior capacidade de oferta (Vigo, Orense, Zamora, Salamanca, Badajoz).

Progressivamente, veio mesmo a verificar-se que a eliminação das barreiras tinha, sobretudo, aproximado as principais cidades; em certo sentido, Lisboa e Porto tornam-se, simultaneamente, cidades da fronteira terrestre (interlocutores imediatos com Madrid e com outras cidades espanholas de média ou grande dimensão) e da fronteira marítima —que perdeu importância, na medida em que Portugal registou um nítido declínio enquanto potência do mar (navegação, comércio e pesca).

Assim, uma das primeiras consequências na organização territorial reflecte-se na estrutura da rede urbana. A malha, muito mais apertada em Portugal, onde um grande número de pequenos centros urbanos desempenham um papel local e sub-regional, constituindo Lisboa ou Porto a instância imediata, tenderá a alargar-se, aproximando-se da «norma» espanhola/castelhana. O novo plano rodoviário português e, sobretudo, a nível superior, a rede transeuropeia, contribuirão para acelerar este processo.

Já no domínio das suposições, podemos ainda considerar cenários de evolução para o papel de Lisboa e do Porto no contexto Peninsular. A segunda tenderá a «bater-se» por um lugar de supremacia no Noroeste da Península, competindo com Vigo e com capitais de província mais afastadas e de menor peso, perdendo, no entanto, alguma influência a Leste —pela maior proximidade de capitais regionais, como Salamanca, e da forte acessibilidade



a Madrid—, Lisboa debater-se-á com problemas em três frentes: na regional, perdendo alguma influência no confronto com Badajoz, Sevilha e, eventualmente, Cáceres; no plano nacional, a competição far-se-á, sobretudo, com Madrid, que disputará a Lisboa o exercício de funções de gestão e de provisão de bens e de serviços, podendo estas passar a ser feitas numa lógica Peninsular, ou repartidas entre Madrid e Barcelona; em terceiro lugar, no plano internacional, não funcionando numa lógica concertada de vantagens comparativas, em que Lisboa poderia ganhar algumas oportunidades no interface com África e com outros domínios do Atlântico, incluindo o Mar do Norte, mas antes numa lógica de competitividade, Lisboa poderá ver-se esvaziada de um certo papel intercontinental que desempenhou ao longo dos séculos.

O fim das barreiras centrou a disputa nos âmbitos económico e financeiro. Tem vindo a verificar-se uma forte «agressividade» por parte das instituições bancárias espanholas, cujo palco territorial privilegiado é a aglomeração lisboeta. Este avanço da banca espanhola tem consequências não só na deslocação do centro de gravidade na Península Ibérica, com perda do peso específico de Lisboa, mas também mais imediatamente, na própria dinâmica urbanística da capital portuguesa.

O imobiliário constituiu, no final dos anos 80, um dos sectores onde a penetração do capital espanhol foi mais evidente e onde, naturalmente, as consequências físicas-visuais são mais notáveis, não só pelo conhecimento dos promotores e investidores, mas, de certo modo, também pela introdução de novas formas.

Note-se, entretanto, que a influência do desenho urbano e da arquitectura espanhola também beneficiou do quebrar das barreiras políticas e ultrapassou, largamente, a dimensão do investimento espanhol no imobiliário. Se a troca de experiências —científicas, culturais, artísticas— é muito desejável e necessária, ela não só deverá implicar atitudes que relevam da reciprocidade, mas também deverá ser marcada pela valorização da qualidade. Estes pressupostos, no essencial, verificam-se, embora parte da influência espanhola nas novas e futuras paisagens urbanas de Lisboa se possa ficar a dever a algum provincianismo dos que podem, ou dos que influenciam o poder.

Mas uma certa «espanholização» do urbanismo português detecta-se através de muitos outros sinais, em domínios como o dos materiais de construção, do mobiliário urbano, das lojas franquizadas, dos bens de consumo pessoal e até algumas práticas alimentares.

Os geógrafos, através da investigação, do ensino e da prática urbanística, deverão contribuir para a identificação e valorização das diferenças, que muito poderão beneficiar da interacção entre heranças culturais distintas. Não será por isso que as cidades peninsulares deixarão de ser mais desenvolvidas e mais competitivas, antes pelo contrário!

## BIBLIOGRAFÍA

- CASTELLS, M. (1983): *The city and the grassroots*, Londres, Edward Arnold.
- LOWE, S. (1986): *Urban social movements: the city after Castells*, Londres, Macmillan.
- PINTADO, A., e BARRENECHEA, E. (1972): *La Raya de Portugal. La Frontera del Subdesarrollo*, Madrid, Edicusa.
- RIBEIRO, O. (1994): «Elementos Estructurantes das Cidades Ibéricas», in *Opúsculos Geográficos*, V vol., 369-388, Lisboa, FCG.
- RICARD, M. (1952): «Apuntes complementares sobre la Plaza Mayor y el "Rossio" português», *Estudios Geográficos*, 47, Madrid, pp. 229-237.